

PARQUE REGIONAL DE MANUTENCAO/5

Estudo Técnico Preliminar 8/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64618.001209/2026-62

2. Descrição da necessidade

A aquisição de óleos, lubrificantes e filtros é indispensável para a execução do plano de manutenção preventiva das viaturas e equipamentos do Pq R Mnt/5. Estes insumos são vitais para garantir a lubrificação adequada e a filtragem de impurezas nos sistemas motor e hidráulico, prevenindo o desgaste prematuro de componentes críticos, reduzindo paradas não programadas e assegurando a máxima vida útil e confiabilidade da frota.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Pelotão de Motores do Pq R Mnt/5	Cap Sérgio João Buffon Junior

4. Descrição dos Requisitos da Contratação**Orientações gerais**

Os insumos adquiridos deverão estar em conformidade com as referências especificadas no termo de referência. Não serão aceitos lubrificantes recondicionados ou contaminados.

A utilização de referências normativas e técnicas na aquisição de óleos e lubrificantes é essencial para garantir a conformidade legal, a qualidade dos produtos e a sustentabilidade ambiental. Segue a justificativa detalhada para a inclusão de referências específicas no Termo de Referência:

-atender aos padrões técnicos de lubrificação e filtragem exigidos para as viaturas da OM. Os requisitos incluem a entrega de produtos que atendam às normas de desempenho vigentes, garantindo que as trocas periódicas e manutenções corretivas ocorram sem interrupções por falta de insumos ou incompatibilidade técnica.

Os produtos fornecidos deverão apresentar prazo de validade compatível com o seu uso, considerando as condições normais de armazenamento e utilização pela Administração.

No ato da entrega, os itens deverão possuir validade suficiente para garantir sua adequada utilização, não sendo aceitos produtos com prazo exíguo que comprometa sua aplicação ou gere risco de perda por vencimento.

Principais determinações (extrato do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis)

A pessoa física ou jurídica que, em decorrência de sua atividade, gera óleo lubrificante usado ou contaminado deve recolhê-lo e encaminhá-lo a seu produtor ou importador, de forma a assegurar a destinação final ambientalmente adequada do produto, mediante processo de reciclagem ou outro que não afete negativamente o meio ambiente.

A comercialização, importação e produção dos óleos lubrificantes citados no art. 2º da Resolução no 804, de 2019 da ANP estão condicionados ao registro prévio na ANP. A produção e a importação de quaisquer lubrificantes acabados estão condicionadas à autorização da ANP para o exercício das atividades de produtor e de comércio exterior.

O produto envasilhado deverá possuir rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução no 804, de 2019 da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto.

Os óleos lubrificantes para motores relacionados no art. 2º da Resolução no 804, de 2019 da ANP deverão ser classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da mesma Resolução. Observar as vedações contidas no art. 15 da Resolução no 804, de 2019 da ANP.

O produtor de óleo lubrificante acabado deve coletar ou garantir a coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado na proporção do volume total de óleo lubrificante acabado que comercializar, destiná-lo para rerrefino ou outra utilização licenciada por órgão ambiental competente (art. 16 da Resolução ANP no 941/2023).

O rerrefinador ou o coletor de óleo lubrificante usado ou contaminado deve dar ao óleo usado coletado o destino previsto na Resolução CONAMA no 362/2005 (art. 15, VII, da Resolução no 942/2023; art. 12, III, da Resolução no 943/2023).

Todo óleo lubrificante usado ou contaminado coletado, mesmo que exceda a quantidade contratada, deverá ser destinado somente a rerrefinador ou a responsável por destinação ambientalmente adequada, com os correspondentes certificados de recebimento, no caso de rerrefino, ou documento que comprove outra destinação licenciada pelo órgão ambiental competente (art. 11 da Resolução no 943/2023).

Detalhamento das especificações técnicas (extrato do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis)

- a) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art.2o Resolução no 804, de 2019) que esteja previamente registrado na ANP;
- b) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art.2o Resolução no 804, de 2019) de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;
- c) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2o Resolução no 804, de 2019) que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução no 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;
- d) Só será admitida a oferta de óleos lubrificantes para motores (relacionados no art. 2o da Resolução no 804, de 2019, da ANP), classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das PROVIDÊNCIA A SER TOMADA entidades citadas no art. 13 da mesma Resolução;
- e) Não será aceita a oferta de produto que se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução no 804, de 2019 da ANP.”

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis para o fornecimento de óleos lubrificantes, bem como verificar as práticas usuais de contratação adotadas pela Administração Pública, especialmente quanto à utilização do Sistema de Registro de Preços.

Verificou-se que o mercado de óleos lubrificantes é amplamente competitivo, contando com diversos fornecedores, entre fabricantes, distribuidores autorizados e revendedores, com capacidade de atendimento em âmbito local e regional. Trata-se de um mercado consolidado, com produtos padronizados e especificações técnicas bem definidas, geralmente baseadas em normas da ANP (Agência Nacional do Petróleo), API (American Petroleum Institute), SAE e recomendações dos fabricantes dos equipamentos.

No caso desta Organização Militar, a utilização do Sistema de Registro de Preços para esse tipo de objeto, em razão das características de consumo contínuo, demanda variável e necessidade de reposição periódica, especialmente em organizações que operam frota de veículos e equipamentos, é uma prática frequente.

Destaca-se que o consumo de óleos lubrificantes não ocorre de forma uniforme ao longo do tempo, estando sujeito a variações decorrentes da intensidade de uso da frota e dos equipamentos, das condições operacionais e das necessidades de manutenção preventiva e corretiva. Nesse contexto, a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada, por permitir contratações sob demanda, com ganhos em economicidade, eficiência logística e redução de desperdícios.

Dessa forma, conclui-se que a contratação por meio de Sistema de Registro de Preços é a solução mais adequada, devendo ser adotadas especificações técnicas claras, de modo a assegurar ampla competitividade, em conformidade com os princípios da isonomia, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na aquisição de óleos lubrificantes, graxas e fluidos correlatos, por meio do Sistema de Registro de Preços, para atendimento das necessidades de manutenção dos bens motorizados da Administração, conforme especificações técnicas compatíveis com as recomendações dos fabricantes e normas aplicáveis.

A solução contempla o fornecimento parcelado, sob demanda, dos produtos registrados em ata, de modo a permitir que a Administração realize as aquisições conforme a efetiva necessidade de consumo, evitando formação excessiva de estoque, reduzindo riscos de vencimento, perda de propriedades dos produtos e imobilização desnecessária de recursos orçamentários.

Esse modelo é compatível com o planejamento da contratação previsto no ETP, que deve indicar a solução mais adequada e viável técnica e economicamente.

A solução não envolve prestação continuada com dedicação exclusiva de mão de obra, nem demanda instalação complexa ou assistência técnica especializada associada ao objeto, consistindo essencialmente no fornecimento de bens comuns, cujas características podem ser objetivamente definidas no Termo de Referência.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada porque o consumo dos lubrificantes ocorre de maneira estimada e variável, conforme o uso da frota e dos equipamentos, a periodicidade das manutenções preventivas e corretivas e as demandas operacionais da unidade. Assim, o SRP confere maior flexibilidade à Administração, permitindo contratações futuras e parceladas durante a vigência da ata, sem obrigatoriedade de aquisição imediata da totalidade dos quantitativos estimados.

Dessa forma, a solução como um todo consiste na seleção de fornecedor apto a disponibilizar, durante a vigência da ata, os produtos especificados pela Administração, em entregas parceladas e sob demanda, com observância das exigências de qualidade, desempenho, economicidade e compatibilidade técnica, assegurando a continuidade das atividades administrativas e operacionais dependentes da adequada lubrificação e manutenção dos bens públicos.

A contratada deverá efetuar a entrega dos insumos no Parque Regional de Manutenção/5, no período de segunda a quinta das 9h às 11h, ou 14h às 16h, e na sexta das 9h às 11h, mediante solicitação e coordenação do contratante, conforme necessidade desta Unidade Militar.

A Nota de Empenho será enviada pelo setor de requisitante, através de e-mail, ou outro meio de comunicação, onde será indicada a data máxima para a entrega do material, não sendo a mesma superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da documentação acima qualificada, de forma a atender as necessidades do Órgão Militar.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A metodologia adotada para a verificação da estimativa dos quantitativos a serem licitados para atendimento da pretensão de aquisição de materiais, por parte da Divisão Técnica, se deu considerando as demandas de óleos lubrificantes e afins para veículos automotores para a Divisão Técnica.

A estimativa das quantidades foi realizada com base em parâmetros referenciais disponíveis, considerando as necessidades gerais da Administração para a manutenção de sua frota, máquinas e equipamentos ao longo do período de vigência da contratação.

Para a definição dos quantitativos, foram considerados, de forma global, aspectos como a natureza do objeto, a demanda institucional, a utilização dos ativos e a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços, evitando desabastecimento que possa comprometer as atividades operacionais.

Destaca-se que, em razão das características do consumo desses insumos, o qual não ocorre de forma uniforme ao longo do tempo, optou-se por adotar quantitativos estimados compatíveis com uma demanda potencial, permitindo maior flexibilidade no atendimento das necessidades da Administração.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 551.546,63

A estimativa do valor total dos itens é de R\$ 551.546,63 (quinhentos e cinquenta e um mil, quinhentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), tendo como base o Mapa Comparativo de Preços e os orçamentos realizados por esta UGG.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A divisão do objeto mostra-se técnica e economicamente viável, bem como, não representa perda de economia de escala, atendendo a Súmula 247 do TCU.

Foi adotado o método empírico para avaliação sobre a divisibilidade do objeto. Assim, pode-se observar pelas unidades de medidas e quantidades solicitadas, que o objeto é divisível e pode ser fornecido parceladamente, pois são independentes quanto ao uso, ou seja, são partes de um todo.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente aquisição encontra-se alinhada com o Planejamento desta Unidade Gestora, conforme DFD 79/2025 ora consolidados no PCA 57/2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação proposta visa assegurar o fornecimento contínuo de óleos lubrificantes, contribuindo para a adequada manutenção de viaturas, máquinas e equipamentos da Administração, reduzindo o risco de indisponibilidade e falhas operacionais.

Com a utilização de insumos compatíveis com as especificações técnicas, espera-se o aumento da vida útil dos ativos e a melhoria do desempenho das atividades de manutenção.

Além disso, a adoção do Sistema de Registro de Preços possibilita maior eficiência na gestão de estoques e na utilização dos recursos públicos, permitindo aquisições conforme a demanda e evitando desperdícios. Dessa forma, a solução contribui para a eficiência, economicidade e continuidade dos serviços prestados pela Administração.

13. Providências a serem Adotadas

Não serão necessárias providências adicionais para execução da contratação e recebimento dos itens contratados, pois esta Unidade Gestora já conta com os meios e instalações necessários para execução do referido Processo, bem como recepção dos itens Licitados.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Será seguido o Plano de Gestão Ambiental do Parque Regional de Manutenção/5, a fim de evitar que o recebimento, a utilização e o possível futuro descarte dos itens contratados, causem qualquer impacto ambiental.

Ainda, no item 4 deste ETP, constam alguns extratos do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, ed. out 2025, onde são referenciadas algumas diretrizes normativas que tratam dos critérios ambientais relacionados à natureza do objeto desta contrata

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante da constatação dos aspectos de viabilidade técnica e econômica da futura contratação procedida nos itens anteriores deste instrumento, tendo em vista ainda a não ocorrência de quaisquer outros óbices legais, conclui-se pela viabilidade da contratação em questão.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SERGIO JOAO BUFFON JUNIOR

Chefe da equipe de planejamento

ANDREI LUAN DE OLIVEIRA MOREIRA

Assessor técnico

MATEUS DE PAULA BUENO

Membro da equipe de planejamento

Despacho: Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar

WANDERSON BRAGA DE SOUZA

Autoridade competente